

**A Percepção dos Auditores na Mensuração dos Instrumentos
Financeiros a Valor Justo nas Instituições Financeiras**

Paulo César de Melo Mendes

UFPB/UFRN/UnB

Jorge Katsumi Niyama

UFPB/UFRN/UnB

César Augusto Tibúrcio Silva

UFPB/UFRN/UnB

Resumo

A mudança do critério de avaliação contábil é um assunto que vem sendo discutido há quase quarenta anos no FASB. Defensores do *Fair Value Accounting* acreditam que essa é a melhor representação da posição financeira por fornecer maior transparência e relevância das informações. Os opositores apontam maior complexidade e falta de confiabilidade em um processo subjetivo, o que facilitaria a ocorrência de manipulações contábeis. O objetivo geral da pesquisa é analisar a percepção dos auditores em relação à mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros complexos nível 3 em instituições financeiras nos aspectos de relevância, mensuração de estimativas e avaliação do risco de auditoria. Foi aplicado um questionário onde foi obtida uma amostra de 62 auditores independentes com qualificação técnica em instituições financeiras inseridos no quadro funcional das grades empresas de auditoria entre sócios, gerentes e auditores seniores. A maioria encontra-se na faixa etária de 26 a 35 anos de idade, com 80% com graduação completa. As ferramentas utilizadas para análise das respostas foram o teste de regressão logística (LOGIT); o teste de Kruskal-Wallis, e o teste de análise de correspondência. Todos os testes foram utilizados do *software* SPSS 13.5. A subjetividade foi uma característica implícita no processo onde os auditores se mantiveram conservadores em relação às questões. Nesse processo quanto à avaliação, foram identificadas divergências de valores que resultaram em questões imateriais. Contudo, há o apontamento de divergências de mensuração de estimativas contábeis. Como sugestão de melhoria nos processos de auditoria, foi identificada uma formação acadêmica mais robusta e a inclusão de um especialista em finanças nas equipes. As opiniões se divergem quanto aos sócios e gerentes em escalas, onde os sócios apontaram maior concordância com as questões que os gerentes.

Palavras chave: Auditoria; Mensuração; Valor Justo; Instrumentos Financeiros; Derivativos;

1 INTRODUÇÃO

O *fair value*, ou valor justo, tem sido, há quase quarenta anos, um padrão de avaliação de ativos e passivos nos relatórios financeiros nas normas emitidas pelo Financial Accounting Standard Board (FASB) em mais de trinta pronunciamentos como mensuração de valor.

O SFAS (Statement of Financial Accounting Standards) 157 – Fair Value Measurements resultou na avaliação de ativos de forma inusitada e permitiu que o FVA (Fair Value Accounting), fosse apurado por meio de técnicas de avaliação caso não existisse mercado. Isso resultou em reclassificações de ativos em balanços revertendo perdas antes reconhecidas e com impactos no preço das ações no mercado acionário.

Defensores do valor justo como (BARTH (1994)(2006); BARTH e LANDSMAN, (2010); PEYTCHEVA e WRIGHT, (2010); GLAVAN (2010)) acreditam que essa é a melhor representação da posição financeira de uma entidade por fornecer maior transparência e relevância das informações para seus usuários. Opositores como (SCHIPPER, (2003); BESTON, BROMWICH e WAGENHOFER, (2006)), apontam maior complexidade e um julgamento inerente ao processo com subjetividade, o que facilitaria a ocorrência de manipulações contábeis.

Essa subjetividade se concentra, em grande parte, na avaliação de grupos patrimoniais ou ativos isolados como nos instrumentos financeiros, combinação de negócios, e *impairment* de ativos, que eram mensurados conforme as regras de uma contabilização e avaliação que não retratavam as situações de alto índice de risco corporativo.

Barth e Landsman (2010) contrapõem afirmando que o SFAS 157 – Fair Value Measurement – FVM (FASB, 2006) especifica como estimar valores de mercado, limitando assim o alcance da capacidade da administração para manipular essas estimativas. O assunto é controverso, tanto para os contadores que são responsáveis por sua mensuração como para os auditores que as examinam, que podem atingir efeitos relevantes às demonstrações financeiras, com reflexo direto na qualidade da informação contábil, além do seu ambiente e aos seus usuários.

Esses reflexos acabam surgindo como deficiências na qualidade da informação e são atribuíveis à mensuração do valor justo (FVM), e os procedimentos de auditoria e de imparidade repercutem em certas deficiências de avaliação, conforme consta nos últimos relatórios de inspeção emitidos pelo Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) de abril de 2012 e 2013.

Nesse sentido, esta pesquisa busca evidenciar a percepção dos auditores em relação ao tema valor justo (FVM), seus efeitos, e identificar o perfil dos auditores especialistas em instrumentos financeiros avaliados a valor justo nível 3 em instituições financeiras.

Apontar as causas na opinião dos auditores de uma questão polêmica, controversa como a questão de mensuração, é identificar possíveis falhas no processo, e apontar as correções ou melhorias para a identificação de valores mais acurados e com isso minimizar o efeito da subjetividade.

Qual é a percepção dos auditores frente aos desafios e dificuldades existentes sobre o *fair value measurement* dos instrumentos financeiros complexos?

O objetivo da pesquisa é analisar a percepção dos auditores especialistas em instituições financeiras, em relação à mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros complexos nível 3, nos aspectos de relevância, mensuração e estimativas contábeis.

A limitação do trabalho é quanto à opinião dos auditores a temas envolvendo o FVM, sua relevância, seus critérios de avaliação e sua métrica.

Esse trabalho está dividido em cinco seções, sendo a primeira composta pela introdução e tem como característica os aspectos estruturais do trabalho. A segunda seção é composta pelo referencial teórico, composto pelas principais pesquisas sobre o tema. A terceira seção apresenta a metodologia aplicada na busca do construto da pesquisa. As ferramentas utilizadas na obtenção dos dados. A quarta parte é composta pela coleta de dados e análise dos resultados e a última seção a conclusão do trabalho com base nos testes aplicados.

2 Referencial Teórico

As pesquisas sobre a opinião dos auditores na literatura estrangeira são escassas: Pannese e DelFavero (2010); Peytcheva e Wright (2010); Cohen et al. (2011); Kumarasiri e Fisher (2011). No Brasil são poucas as pesquisas: Carvalho (1996), Antunes (1998), Martinez (2008, 2009); Almeida e Almeida (2009); Almeida e Colomina (2009), Braunbeck (2010), Araujo (2011), e Dantas (2012) dentre outros, contudo, os trabalhos se concentram mais na pesquisa sob os rodízios de auditoria e o tamanho da firma de auditoria (*big four*) e qualidade de auditoria.

Contudo pesquisas sobre a opinião do auditor é algo inédito onde há uma polemica sobre valor justo e custo histórico. Argumentos a favor e contra da contabilidade a *fair value* estão em curso há muitos anos. O principal argumento, a favor da avaliação de todos os ativos e passivos a *fair value*, é que a métrica fornece maior informação para o investidor, maior transparência e maior utilidade dos relatórios de auditoria, ou seja, o FVA pode fornecer um retrato mais realista da posição financeira do que o custo histórico.

O argumento a favor dos relatórios a custo histórico é que não possui subjetividade. Ao contrário do *fair value*, que pode exigir extensivo uso de julgamento, e frequentemente exige especialista de avaliação, o custo histórico é geralmente mais objetivo. Com isso é mais fácil se comprovar a avaliação e facilita o trabalho do auditor.

A profissão de auditoria e os mecanismos de governança corporativa têm trabalhado para melhorar a qualidade do processo de informação financeira. Os auditores manifestaram apoio a um regime de contabilidade baseado em princípios que permitissem um maior julgamento sobre a representação das demonstrações financeiras sob a realidade econômica (DiPiazza et al.,(2008). O aumento da responsabilidade dos auditores é susceptível à medida que percebem que há uma maior cobrança pela qualidade de seu julgamento e na tomada de decisão (PEYTCHEVA; WRIGHT, 2010).

A Teoria Contábil recomenda que o aumento de responsabilidade em um processo utilizado para alcançar uma decisão, em oposição à responsabilidade do resultado em si, melhora a qualidade do julgamento (SIEGEL-JACOBS & YATES, 1996; LERNER & TETLOCK, 1999). Em auditoria, maiores níveis de responsabilidade no processo têm sido mostrados para aumentar o esforço em melhorar a precisão no julgamento. KENNEDY (1995).

O principal argumento é que normas baseadas em princípios induzem um alto nível de qualidade no processo de prestação de contas por parte dos auditores (PEYTCHEVA & WRIGHT, 2010).

É importante considerar que os efeitos da aplicação do regime regulatório sob os esforços do auditor restringem os relatórios agressivos sobre uma contabilidade baseada em princípios mais do que uma contabilidade baseada em regras.

Também é relevante notar que um relatório agressivo pode ocorrer em diferentes formas, como, por exemplo, a gestão pode cometer fraudes, ou pode estruturar operações

contabilísticas para que a transação atenda a "regra", mas não ao "espírito" da norma (NELSON, 2003; NELSON et al., 2002).

Dessa forma, Cohen et al. (2011) apontaram que os auditores são propensos a restringirem os relatórios agressivos sobre as normas baseadas em princípios que sobre as normas baseadas em regras. O estudo contribui com uma melhor qualidade da informação dos relatórios financeiros.

Assim, como possível alternativa e solução para a subjetividade inerente ao processo de avaliação, a norma tenta restringir seus aspectos de gerenciamento, conforme afirma Barth e Lansman (2010).

2.1 IFRS 13 Fair Value Measurement

A norma IFRS 13 apresenta técnicas de avaliação usualmente utilizadas para medir o valor justo dos instrumentos patrimoniais não cotados no mercado com abordagem de renda, bem como o método do ativo líquido ajustado. Contudo não prescreve o uso de uma técnica de valorização específica, mas incentiva o uso de julgamento profissional e da consideração de todos os fatores e circunstâncias em torno da medida.

As características particulares de instrumentos de capital próprio não cotados de uma investida e as informações que estejam razoavelmente disponíveis para uma entidade (ou seja, o investidor) são dois dos fatores que o investidor precisa considerar ao escolher a técnica de avaliação mais adequada. Alternativamente, se a investida paga dividendos, um investidor, com informação financeira limitada, pode considerar o uso de técnica de avaliação com base em modelos de desconto de dividendos (DDM).

A norma inclui exemplos que ilustram como o valor justo de um instrumento de ações não cotadas pode ser mensurado por meio da aplicação das técnicas de avaliação descritas, apesar do investidor possuir informação financeira limitada.

O IFRS 13 não contém uma hierarquia de uso de técnicas de avaliação nem prescreve o uso de uma técnica de avaliação específica para alcançar o objetivo de um FVM. No entanto, o IFRS 13 reconhece que, em circunstâncias específicas, uma técnica de avaliação pode ser mais apropriada do que outra. O aspecto da mensuração a *fair value* muitas vezes exige alguma forma de julgamento, e com a convergência de US GAAP com os padrões internacionais de contabilidade, entre outros fatores, a mensuração do *fair value* e divulgações é fato no mundo todo.

O mesmo autor discorre que as normas também estão se tornando mais complexas em sua exigência para a mensuração do *fair value* e cita o exemplo do FASB ASC 825-10-25 (SFAS 159), opção de *fair value*, que aumentou a complexidade do processo de medição.

Para tentar responder a questão da pesquisa busca-se um método que aponte a opinião do profissional nessa polemica existente.

3 METODOLOGIA

Martins e Theóphilo (2009) apresentam os aspectos técnicos da pesquisa na concepção de *design* (delineamento, planejamento, esboço, ou mesmo desenho). Afirmam que um construto, ou uma construção, é uma variável, ou conjunto de variáveis, que se transformam em uma definição operacional robusta, que busca representar o verdadeiro significado teórico de um conceito.

Esse construto tem como uma das bases o questionário, ferramenta utilizada nessa pesquisa para obtenção da opinião dos auditores. Para testar a confiabilidade e consistência da ferramenta, foi aplicado o coeficiente de alpha de Cronbach, onde foi obtido 0,74.

Além disso, foi considerada análise semântica dos itens e análise dos juízes na formação do questionário, para segurança das questões. Apesar da preocupação dos dois pontos, também foi avaliado com cuidado a magnitude do atributo que os itens se referiam. Assim, foi escolhida como população a relação de auditores independentes inscritos na CVM com um total de 308 auditores ativos registrados no CNAI.

Dessa forma, depois de completados os procedimentos na construção do instrumento de medida, sobre a avaliação de instrumentos financeiros na percepção do auditor independente, foi encaminhado através do “surveymonkey”, devido às vantagens que hoje são encontradas nessa ferramenta, entre elas: maior velocidade e possibilidade de distribuição para um grande número de potenciais respondentes.

Para análise das respostas foi utilizada a ferramenta de escala métrica frequentemente usada nas pesquisas quantitativas. A escala escolhida foi a de Likert, ou escala de classificação somada, para mensurar atitudes ou opiniões, desenvolvidas por Rensis Likert, no início dos anos 30, sob a teoria organizacional.

Foram catalogados 264 auditores independentes, no sítio LiKedin, com qualificação julgada necessária para responder à pesquisa, ou seja, possuíam históricos de auditoria em Instituições Financeiras. Através do link: <https://pt.surveymonkey.com/s/F9THWJC>, onde foi possível identificar: a) 122 auditores da KPMG Auditores Independentes; b) 53 auditores da PriceWaterHouse (PWC); c) 39 auditores da Deloitte Touche Tohmatsu Limited; d) 25 auditores da Ernst & Young Global Limited (EY); e) 4 auditores da Baker Tilly Brasil (hoje a 5ª maior empresa de auditoria); f) 2 auditores da BDO Auditores Independentes; g) 17 auditores de Bancos entre eles: 1) 5 auditores do Sistema de Cooperativa de Crédito do Brasil – SICCOOB; 2) 3 auditores do Banco do Brasil AS; 4) 3 auditores da Caixa Econômica Federal – CEF; 5) 2 auditores do Banco Central do Brasil – BACEN; 6) 2 auditores do Banco Mercantil do Brasil – BMB; 7) 2 auditores do Banco SAFRA; e h) 2 auditores de outras empresas de auditoria.

O cadastro nesse sítio permitiu identificar o estado, a região e o país do auditor conectado, sendo 90 identificados de São Paulo, 31 do Rio de Janeiro, 7 de Nova Iorque, 2 de Londres, Brasília, com 58 respondentes, Belo Horizonte com 31; Goiânia com 16; Curitiba com 10; Salvador com 5 auditores; João Pessoa com 8, Fortaleza com 4 auditores, Recife com 2 auditores.

Com todos os esforços empregados para a coleta de dados de todos os auditores conectados, foi obtido um retorno de 23,49%, representando uma amostra de 62 respondentes, sendo considerada satisfatória devido às dificuldades na obtenção de respondentes qualificados.

Posterior análise das respostas foi aplicado o teste de regressão logística (LOGIT) justificado pela necessidade de estimar a probabilidade de ocorrência, ou não, de atitude e de perfil do auditor frente à mensuração dos instrumentos financeiros a *fair value* em instituições financeiras. O intervalo de confiança adotado foi de 95%.

O segundo teste aplicado foi o teste de Kruskal-Wallis, a fim de identificar as características de cada grupo formado por mais de três componentes como foi o caso da idade dos auditores e qualificação.

O terceiro teste foi a análise de correspondência (AC) que é uma técnica de análise exploratória de dados adequada para analisar tabelas de duas entradas ou tabelas de múltiplas entradas, levando em conta algumas medidas de correspondência entre linhas e colunas. Este método permite estudar as relações e semelhanças existentes entre as variáveis apresentadas nas linhas e colunas.

Como variável dependente utilizou-se a formação acadêmica (formado ou não em ciências contábeis), tempo de experiência na profissão (abaixo ou acima de quatro anos), idade do auditor (abaixo ou acima de 35 anos) e posição do auditor (neste caso, regressão logística multinomial para sócio, gerente e sênior).

4 Tratamento e análise dos dados

Para análise dos dados foi utilizado o *software* SPSS 13.5 (*Statistical Package for the Social Science*) e a planilha eletrônica Excel, registrando as análises em forma descritiva, simples e cruzada, com a finalidade de estabelecer relações entre o problema apresentado com relação à identificação da opinião do auditor da avaliação dos instrumentos financeiros a *fair value*.

Composta por 14 sócios de empresas de auditoria (28% da amostra); 21 gerentes de auditoria (41% da amostra) e 16 sêniores (31% da amostra), e 11 auditores que foram classificados como presidentes e diretores.

No primeiro momento é *mister* conhecer os dados demográficos dos respondentes, como gênero, idade, grau de instrução, área de formação e qualificação do auditor para, posteriormente, utilizar escalas e mapear o perfil dos respondentes. Quanto ao gênero, 87% da amostra são do gênero masculino, com 52 representantes. A maioria na faixa etária entre 26 a 35 anos; 78% de auditores com graduação completa, 8% de auditores com mestrado e 3% de auditores com doutorado.

Após a qualificação da amostra buscou-se conhecer a opinião dos auditores independentes quanto às características de mensuração e reconhecimento do *fair value measurement*.

1. Os modelos de avaliação aplicados nas empresas para mensuração do valor justo no nível 3 são consistentes e adequados?

28 auditores independentes representando 47% da amostra responderam que concordavam parcialmente com a afirmação, e 18 auditores, representando 30%, responderam que discordavam parcialmente, demonstrando uma leve tendência a considerar os modelos de avaliação aplicados como consistentes e adequados. 17% da amostra não concordaram e nem discordaram da questão. Acredita-se que nessa questão o auditor tenha sido mais conservador devido à subjetividade inerente.

2. Os princípios básicos de controle aplicados a outras atividades empresariais financeiras não devem ser os mesmos aplicados com operações com derivativos.

16 auditores responderam que discordam parcialmente da questão, representando 27% da amostra. 15 auditores responderam que concordam parcialmente, representando 25%. Observou-se um impasse na questão, sendo considerada importante para análise de risco. Talvez um fato de difícil afirmação seja os controles internos diferentes dos controles externos.

3. Existe uma dificuldade inerente em afirmações de mudança material no valor dos derivativos.

31 auditores responderam que concordam parcialmente com a questão, representando 52% da amostra; 12 auditores responderam que concordam plenamente, representando 20%. A maioria da amostra concorda com uma dificuldade de afirmações de mudança material no valor dos derivativos.

4. Os inputs não observáveis são subjetivos e com dificuldade de implementação.

Questão apontada como a principal característica de um processo de avaliação de ativos derivativos a valor justo, sendo que 28 auditores independentes concordaram parcialmente com a questão, representando 47% da amostra e 19 auditores concordaram plenamente, representando 32%. Aproximadamente 79% da amostra concorda que os *inputs* não observáveis são subjetivos e com dificuldade de implementação.

5. O sistema tecnológico e a dificuldade de identificação dos controles dos riscos envolvidos é um problema enfrentado por várias instituições financeiras.

Questão apontou uma dificuldade de sistemas organizacionais e de controle para identificação imediata de controles internos referentes aos riscos de flutuação existentes sobre os derivativos. 21 auditores concordaram plenamente com a questão, representando 35%; 15 auditores concordaram parcialmente, representando 25%.

No segundo bloco da pesquisa, o objeto foi o apontamento de um sistema de controle dos instrumentos financeiros derivativos em instituições financeiras que fosse eficaz no atendimento às necessidades de informação de seus usuários, garantindo, assim, as condições necessárias para um controle de risco.

Esse controle gerencial de operações é importante no processo de acompanhamento e avaliação do ativo a valor justo. A empresa que possui um controle adequado diminui o risco do processo de avaliação e obtém um valor mais acurado da realidade. Sua estrutura interfere diretamente nos aspectos subjetivos e nos “*inputs* não observáveis”.

Como resultado, a maioria dos auditores concordou que há uma necessidade de um sistema de controle adequado para operações com derivativos, mesmo que essas operações não sejam relevantes para a empresa. Contudo, a pesquisa aponta que não há consenso nessa questão.

1. Existe uma deficiência de modelos de gestão e de estrutura organizacional para o controle de instrumentos financeiros.

46% concordaram com a questão, talvez pela subjetividade e pela variação de objetivos de diversa empresa.

Como a maioria dos respondentes possui a função de gerente de auditoria, presume-se um cuidado maior na elaboração do planejamento de trabalho, tendo em vista os riscos de auditoria, que fazem parte do planejamento de auditoria (SAS 101; ISA 315).

Como complemento, alguns auditores corroboraram com afirmações sobre deficiências em auditorias realizadas: a) as instituições financeiras encontram-se em processo de revisão da estrutura organizacional; b) existe um interesse próprio de executivos pelos bônus distribuídos; c) falta de experiência em controles de gestão financeira dos administradores; d) falha em controles internos; e) não há políticas de investimentos; f) existe um descumprimento de normativos; g) falta um sistema de avaliação de risco adequado; e h) ausência de profissionais qualificados para áreas de investimentos.

2. É necessário um sistema adequado de controle para operações com derivativos, mesmo que essas operações não sejam relevantes para a empresa.

A questão obteve maior concordância plena dos auditores com 50% dos respondentes, e 29,31% com concordância parcial, representando uma aceitação relativa dos audites em 79,31% da amostra. Nenhum auditor discordou totalmente da questão. Contudo, 17,24% não se posicionaram sobre a questão, assinalando que nem concordam e nem discordam. Para efeito de auditoria, a avaliação dos controles internos é fundamental para existência do grau de profundidade e da avaliação do risco de auditoria.

3. Um sistema de controle adequado de gerenciamento de riscos de derivativos é mais importante que um controle financeiro adequado, pois envolve aspectos externos de controle como risco de mercado.

Foi obtido um percentual de 22,5% dos auditores que não concordam ou parcialmente ou totalmente com um sistema de controle adequado de gerenciamento de riscos de derivativos. Talvez pelo fato do controle financeiro ser considerado maior que o controle de derivativos. Porém 49% dos auditores concordaram com a afirmação. Dessa forma, os procedimentos de revisão analítica dos controles internos contidos no AU Section 342, corroboram com a mitigação de risco de auditoria, contudo como a pesquisa indica, não afasta por completo as falhas existentes no processo de verificação.

No terceiro bloco procurou saber sobre as dificuldades nas projeções das informações financeiras, principalmente em relação ao valor justo dos instrumentos financeiros. A técnica de projeção das informações financeiras é importante ao processo de avaliação de instrumentos financeiros devido à volatilidade do mercado. Essa questão foi considerada deficiente pelo PCAOB em relação a auditoria de instrumentos financeiros a *fair value*. (ACUITAS, 2012).

Tabela 1 – Dificuldade em Projeções Financeiras

	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não concordo e nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Plenamente	Total	Avaliação média
1) O problema de avaliação envolvendo subjetividade são as condições futuras, transações ou eventos cujo resultado é incerto.	5,17% 3	8,62% 5	13,79% 8	32,76% 19	39,66% 23	58	2,79
2) O maior problema da Mensuração do Valor Justo é a Instabilidade do Mercado Acionário e de Capitais	10,34% 6	25,86% 15	18,97% 11	34,48% 20	10,34% 6	58	2,07

Fonte: elaborado pelo autor.

23 auditores concordaram plenamente com a questão, representado 38% e 19 auditores concordaram parcialmente, representando 32%. A maioria dos auditores concordou que os maiores problemas estão associados às condições futuras, transações ou eventos cujo resultado é incerto.

Assim, como na pesquisa realizada pela Acuitas Inc. (2012), infere-se que a crise econômica foi a principal causa do aumento de deficiências de auditoria devido à volatilidade econômica, e com isso prejudicando a contabilidade de estimativas contábeis.

Outro ponto destacado na pesquisa foi o percentual significativo (72% de concordância) indicando que existe um problema de subjetividade futura, demonstrando que ao projetar demonstrações financeiras é essencial observar não apenas as informações financeiras, mas também todos os fatores que têm influência nos resultados, como as condições econômicas, perspectivas de inflação, expectativas da taxa de câmbio, previsões de preços de *commodities*, taxas de juros previstas, disponibilidade de crédito, mudanças no mercado de trabalho, eventos legais e tendências políticas.

A segunda questão aponta como maior problema de mensuração do valor justo a instabilidade do mercado acionário e de capitais. A questão obteve 20 auditores que concordaram parcialmente, representado 33% da amostra. 15 auditores discordaram parcialmente, representando 25% e 11 auditores nem concordaram e nem discordaram..

No quarto bloco, buscou a opinião do auditor quanto a importância ou não em classificar o valor justo nos níveis 1, 2 ou 3. A literatura indica que sim, pois conforme a

classificação, o avaliador deverá adotar o método relacionado com abordagem de custos, renda ou mercado. (ZYLA, 2010).

35 auditores responderam que a classificação era relevante nesse processo, representando 59% da amostra. 13 auditores responderam que era muito relevante, representando 22%. A maioria concorda com a importância da classificação.

As notas do PCAOB (AU SECTION 328) apontam que o risco de distorção material em um processo de avaliação a *fair value* é maior usando os níveis mais altos de *inputs*.

A importância na classificação do *fair value* é associar aos *inputs* os níveis de abordagem para diminuir o risco de avaliação, pois mantendo um critério de avaliação o risco é menor (ZYLA, 2010). Na abordagem de mercado, por exemplo, os métodos múltiplos são mais utilizados, onde pode associar preços ou índices com empresas comparáveis e similares. Sob a abordagem do Custo, associado ao nível 2, a metodologia é de custo de reposição, e sob a abordagem de renda, associado ao nível 3, a avaliação é com foco ao retorno investido.

Em outra parte do questionário, tinha como escopo a existência ou não de divergências de opiniões sobre estimativas contábeis. 50 auditores afirmaram que já tiveram divergências de valores sobre estimativas contábeis com a administração da empresa auditada, representando 86%. 24 auditores apontaram como motivo a falta de relevância erro material. 31% da amostra declararam que as divergências foram mantidas e foram apontadas nos relatórios de auditoria como ressalvas. 9 auditores apontaram que as justificativas apresentadas pela administração foram suficientes. Esse bloco teve como base pesquisas estadunidense. (NELSON et al., 2002; LIBBY et al., 2002)

Tabela 2– Divergência de Estimativas Contábeis

Opções de resposta	Respostas	
Sim	86,21%	50
Não	13,79%	8
Total		58

Fonte: elaborado pelo autor.

As pesquisas de Nelson et al. (2002) e Acuitas (2012) apontam que o mercado de derivativos possui divergências significativas nesse processo. A controvérsia da questão talvez seja em decorrência de um mercado mais ativo e consolidado do que o mercado acionário e de capital nacional, contudo as respostas estão consistentes com as questões sobre modelo de avaliação e sistema de controle de risco.

Tabela 3 Causas da Divergência de Estimativas Contábeis

Opções de resposta	Respostas	
As divergências não eram relevantes a ponto de considerar um erro material;	50%	24
As justificativas apresentadas convenceram sua opinião;	18,75%	9
As divergências foram mantidas e o auditor apresentou sua opinião com ressalva no relatório de auditoria;	31,25%	15
Total		48

Fonte: elaborado pelo autor.

No último bloco do questionário, buscou-se a opinião do auditor no processo de melhoria nos procedimentos aplicados de mensuração do *fair value*:

1) **Ausência de normas de contabilidade e de auditoria claras e suficientes para o desenvolvimento adequado do trabalho de mensuração de valor justo foi apontado por 33,9% dos auditores que concordaram parcialmente.**

57% dos auditores concordaram com a questão. 25% discordaram parcialmente. A pesquisa pode indicar que o processo de normas não esteja totalmente substanciado a ponto de evitar gerenciamento de resultados, contrariando pesquisas estadunidenses. Outra questão é quanto à importância da norma quanto ao comprometimento do trabalho de auditoria, que aparentemente não deveria prejudicar muito.

2) **Ausência de ceticismo profissional dos auditores suficientes para a execução dos testes de auditoria para validação das avaliações de valor justo dos instrumentos foi considerada pela maioria dos respondentes como um ponto a ser melhorado.**

44% dos auditores concordaram parcialmente e 20% concordaram plenamente, representando um total relativo de 63% dos auditores. Contudo, 22% da amostra discordaram plenamente, indicando não haver problema de ceticismo profissional, que é uma característica importante que o auditor deve possuir.

3) **Ausência de envolvimento de especialistas em finanças nas equipes de auditoria para suprir a falta de *expertise* do profissional de contabilidade em avaliar modelos de precificação de instrumentos financeiros.**

Foi considerada por 76% dos auditores em termos relativos, sendo que 42% concordaram parcialmente e 34% concordaram plenamente. 11% discordaram parcialmente. Essa questão teve o segundo *rank* de concordância dos auditores e indica que há um problema de especialistas em finanças nas equipes de auditoria. Esse entendimento é corroborado por Catty (2013).

4) **Ausência de ferramenta disponível no mercado para auxiliar as equipes de auditoria em testar os modelos de precificação de ativos financeiros.**

Foi considerada por 61% da amostra. 15% dos auditores não opinaram nessa questão, nem a favor e nem contra. 16% discordaram parcialmente e 10% discordaram plenamente. Pouco mais de 25% dos auditores discordam com a ausência de ferramentas disponíveis. Há instrumentos consistentes para avaliação. Talvez falte um aprimoramento maior em sua utilização.

5) **Falha na supervisão e revisão dos trabalhos de auditoria executados pelos membros da equipe por profissional experiente em auditoria de FVM.**

30% dos auditores concordaram parcialmente com a questão e 27% auditores concordaram plenamente. A maioria dos auditores, representando 57%, concordou que existe falha na supervisão e revisão dos trabalhos de auditoria. Esse é um processo que envolve diretamente a qualidade do processo de auditoria e, como comentado nas pesquisas anteriores, ainda existe muito a pesquisar sobre esse assunto. 22% discordaram da questão.

6) **Formação acadêmica nos cursos de bacharelado em Ciências Contábeis insuficiente para o desenvolvimento pleno do trabalho de auditoria de FVM considerando a auditoria de demonstrações contábeis uma atividade privativa de Contador.**

34% auditores concordaram plenamente com a insuficiência da formação acadêmica nos cursos de Ciências Contábeis, e 42% dos auditores concordaram parcialmente, representando 76% dos auditores. Essa questão foi a que teve maior *score* de concordância dos auditores, sendo apontada como o principal ponto na melhoria do processo de avaliação de instrumentos financeiros em pesquisas acadêmicas.

4.1 Análise Empírica

Através da Regressão Logística (LOGIT) busca-se descobrir se a resposta de uma questão da pesquisa teve influência do perfil do respondente (formação acadêmica, tempo de profissão, idade e posição). Não foi testado o gênero, pela pequena quantidade de mulheres que responderam o questionário. É importante salientar que o objetivo do trabalho não é estabelecer uma relação preditiva; por este motivo, não foi utilizado o procedimento em duas etapas, sendo a primeira a construção do modelo e a segunda o seu teste, com duas subamostras distintas.

Formação, experiência, idade e posição funcional

Inicialmente foi realizada uma regressão entre a formação e a soma dos blocos de perguntas (reconhecimento de mensuração, controle de derivativos, projeção e classificação). Somente as variáveis reconhecimento de mensuração e controle de derivativos apresentaram *p-value* significativo (0,02105 e 0,04807).

Também foi calculada a regressão logística para formação e cada um dos subitens dos blocos de perguntas. Somente dentro de reconhecimento de mensuração obteve-se uma variável significativa, mais especificamente “*inputs* não observáveis”, com *p-value* de 0,01612.

Somente duas regressões apresentaram variáveis independentes significativas. As variáveis foram princípios básicos de controle e dificuldades inerentes em afirmações de mudança, ambas do bloco referente a reconhecimento de mensuração, com *p-value* de 0,08412 e 0,04198, nesta ordem, e foi necessário um sistema adequado de controle, do bloco de controle de derivativos, com *p-value* de 0,03385.

As variáveis significativas obtidas foram: ausência de normas, ausência do envolvimento do especialista (ambas dentro do bloco de melhorias de processo), necessário sistema de controle (dentro do bloco de controle de derivativos) e princípios básicos de controle (bloco de reconhecimento de mensuração), com *p-value* de 0,02266, 0,08262, 0,03268 e 0,09638, respectivamente.

Neste caso foi usado o modelo multinomial. Duas variáveis apresentaram um *p-value* abaixo de 10%: 1) Falha de supervisão, dentro do bloco de melhorias de processo, que separa o sócio do gerente, com *p-value* de 0,01370; 2) Necessário sistema de controle, do bloco risco de controle, com *p-value* de 0,09270;

O teste de Kruskal-Wallis compara várias condições quando diferentes grupos participam em cada condição e os dados resultantes não são normalmente distribuídos ou não satisfazem a hipótese de ANOVA independente de um fator. Assim, o teste é utilizado para testar diferenças entre vários grupos independentes. (FIELD, 2009)

Dessa forma foi realizado o teste Kruskal-Wallis para comparar as respostas e opiniões dos Sócios, Gerentes e Seniores. Todas as questões foram testadas, três questões foram significantes:

1. A questão 7.1 Os modelos de avaliação aplicados nas empresas para mensuração do valor justo no nível 3 são consistentes e adequados, apresentou um **p 0,04**;
- 2) A questão 8.2 É necessário um sistema adequado de controle para operações com derivativos, mesmo que essas operações não sejam relevantes para a empresa; com **p 0,02**;
- 3) A questão 10 Hierarquia de Fair Value com **p 0,019**.

Rejeitando a hipótese nula de igualdade entre as funções, existe, portanto, diferença significativa nas respostas dos auditores. Para essas questões foram obtidas as estatísticas teste de **H(3) 10,889; H(3) 7,792; e H(3) 7,942**, respectivamente. Sendo que todos os efeitos foram relatados ao nível $p < 0,05$. Posteriormente, foi realizado o teste *post hoc* para o teste de KW. Foi verificada a homogeneidade da variância e foi obtido um resultado significativo 0,001 para sócio, e para gerente, indicando que os sócios concordam mais com as questões e os gerentes, menos. O teste foi repedido para o grupo de idades e foi obtido nível de significância para:

- a) Questão 8.2 com **0,44**;
- b) 15.1 “Ausência de normas claras para o trabalho, com **0,018**; e
- c) 15.3 “Ausência de um especialista em finanças nas equipes de auditoria”, com **0,043**.

O que indica que para os auditores jovens até 30 anos houve uma concordância geral, e para os auditores acima de 30 anos houve uma concordância menor nas questões.

Outros estudos podem explicar a questão da divergência sobre as questões, envolvendo a psicologia do trabalho, ou talvez estudos sobre a liderança no trabalho. Foi observado homogeneidade da variância.

Embora seja considerada uma técnica descritiva e exploratória, a AC simplifica dados complexos e produz análises exaustivas de informações que suportam conclusões a respeito das mesmas. (HAIR Jr. et al., 2009)

Assim, faz-se necessária a aplicação do teste para que se possa descrever ou mapear as características do auditor frente às questões de mensuração de *fair value*. Esses mapas perceptuais em um único passo, onde as variáveis e objetos são simultaneamente representados, com base diretamente na associação de variáveis e objetos. Essa relação entre objeto e variáveis são metas explícitas da análise de correspondência. (HAIR Jr. et al., 2009)

A comparação de células pode identificar padrões que refletem associações entre certos objetos e atributos. Assim, com esse objetivo foi aplicado o teste de AC em todo o questionário, contudo, aquelas variáveis que apresentaram significância foram: a) qualificação do auditor; b) idade dos auditores.

Análise da Qualificação do Auditor

O teste demonstra uma alta significância com a variável **15.1**, “Ausência de normas claras para o trabalho” com 0,008 e um *Chi Square* de 22,165. A comparabilidade da qualificação envolvendo a questão demonstra que a maioria dos auditores sêniores e gerentes concordaram com a questão – que a ausência de normas pode prejudicar o trabalho do auditor. Contudo, para o sócio ou vice-presidente ficou dividido, sendo que 5 discordaram e 5 concordaram, e 2 auditores não opinaram. Em relação a esta questão presumia-se que a ausência de norma não pudesse interferir no desempenho profissional do auditor, sendo uma questão subjetiva e de avaliação específica à tomada de decisão.

Outra questão formada é que as normas tendem a delimitar a subjetividade inerente ao processo de *fair value*. Assim, o teste indica que a maioria dos auditores não concorda com as normas impostas para a subjetividade.

A variável **15.2** “Ausência de ceticismo profissional” apresentou uma significância ainda maior de 0,003, com *Chi Square* de 24,580. O teste demonstra que os auditores sêniores concordam com a questão juntamente com o sócio, contudo, o gerente apresentou-se dividido quanto à questão, sendo que a maioria dos auditores que responderam discordar parcialmente pertence a essa classe de auditores.

Na teoria, como existe um processo de subjetividade, acredita-se que o ceticismo deve prevalecer sempre nas questões.

A variável **15.3** “Ausência de envolvimento de especialistas em finanças” apresentou um alto grau de significância com 0,12 e um *Chi Square* de 21,229, demonstrando a dispersão existente entre os dados. A maioria dos auditores sêniores concorda parcialmente com a questão juntamente com o sócio. A surpresa apontada foi o gerente representar a maioria dos auditores que não concorda com a questão. Um especialista em finanças é fundamental nesse processo de avaliação e verificação de ativos a *fair value*.

A questão **15.5** “falha na supervisão e revisão dos trabalhos de auditoria”, não foi significativa, mas obteve um nível interessante, com o item selecionado para avaliação. Os auditores sêniores se mantiveram em sua maioria sem concordar e nem discordar, contudo, a maioria dos gerentes concordou que há falha na supervisão de auditores.

Outro teste que não foi significativo estatisticamente foi a questão **8.3** “Um sistema de controle adequado de gerenciamento de risco”, controle de derivativo, contudo, pelo mesmo motivo, é interessante sua avaliação, tendo em vista que para os auditores sêniores foi tanto representativa na concordância da questão como em não concordar com a questão, não evidenciando um perfil representativo sobre controles específicos de derivativos. O mesmo aconteceu com os gerentes, onde a maioria nem concordou e nem discordou.

Já em relação ao sócio, a maioria concorda com controles específicos. A maioria dos auditores concorda com a questão.

Análise da idade do auditor

O teste apresentou um grau de 0,053 de significância com um *Chi Square* 28,667 para o item **8.3**, fazendo um paralelo com idade de maior frequência para os auditores acima de 35 anos e qualificação gerente-sócio, onde se pode presumir um cuidado maior nos controles para o planejamento de trabalho.

O teste de análise de comparabilidade demonstrou significância com a variável em 0,032 e um *Chi Square* de 30,656 para o item **15.2**. “Ausência de ceticismo profissional”. A questão demonstra que a maioria dos auditores que discorda da questão está na faixa etária de 31 a 35 anos. Os auditores que nem concordam e nem discordam estão na faixa etária acima de 50 anos, e a maioria que concordou está na faixa etária mais nova de carreira com até 35 anos de idade. Os auditores mais jovens, com idade até 35 anos, que ainda executam trabalho de campo, consideram que a ausência de ceticismo profissional pode prejudicar o trabalho de auditoria, o que vai de encontro com a teoria comentada devido à volatilidade, ceticismo e o risco de auditoria.

5 CONCLUSÃO

O objetivo desse artigo foi analisar a percepção do auditor em relação à mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros complexos nível 3, em instituições financeiras, nos aspectos de relevância, mensuração e avaliação do risco de auditoria.

Como principal desafio e deficiência frente à contabilidade a FV, os auditores concordaram que os *inputs* não observáveis são subjetivos e com dificuldade de implementação. Quanto aos modelos de avaliação aplicados, foi considerado um impasse, com uma leve tendência a considerar como consistentes e adequados.

Quanto às melhorias no processo de estimativas contábeis, a maioria indicou como principal motivo a formação acadêmica nos cursos de bacharelado em Ciências Contábeis como sendo insuficiente para o desenvolvimento pleno do trabalho de auditoria de FVM.

Como segundo ponto, a ausência de envolvimento de um especialista em finanças nas equipes de auditoria para suprir a falta de *expertise* do profissional de contabilidade em avaliar modelos de precificação de instrumentos financeiros.

A análise de regressão indicou que para os auditores formados em Ciências Contábeis, as variáveis de reconhecimento de mensuração e controle de derivativos apresentaram *p-value* significativo. Para os auditores mais experientes (acima de 4 anos de profissão), as variáveis significativas foram os “princípios básicos de controle” e “dificuldades inerentes em afirmações de mudanças”. Para os auditores acima de 30 anos, as variáveis significativas foram “ausência de normas”, “ausência do envolvimento do especialista”. Como melhoria, “sistema adequado de controle”; Na qualificação, foi apontada divergência de opinião quanto ao sócio e gerente de auditoria na questão de falha de supervisão.

Por meio do teste de Kruskal-Wallis, foi identificada divergência de opinião entre o gerente e o sócio de auditoria nas questões sobre: a) os modelos de avaliação consistentes; b) é necessário um sistema de controle adequado para operações com derivativos; c) a classificação do valor justo em hierarquia.

Para o grupo de idades, foi identificado que os auditores acima de 30 anos concordaram mais com as questões que os mais jovens nos itens: a) é necessário um sistema de adequado de controle para operações com derivativos; b) ausência de normas de contabilidade; c) ausência de envolvimento de especialista em finanças.

A Análise de Correspondência teve como objetivo uma maior aproximação das respostas dos auditores e indicou para qualificação dos auditores as questões: a) ausência de normas de contabilidade; b) ausência de ceticismo profissional dos auditores; c) ausência de envolvimento de especialistas em finanças nas equipes de auditoria.

Para análise da idade do auditor, o teste foi significativo fazendo um paralelo com a idade de maior frequência de 35 anos e qualificação gerente, presumindo um cuidado maior nos controles para o planejamento de trabalho: a) um sistema de controle adequado de gerenciamento de riscos de derivativos; b) ausência de ceticismo profissional dos auditores.

A questão demonstra que a maioria dos auditores que discordaram da questão está na faixa etária de 31 a 35 anos. Os auditores que nem concordam e nem discordam estão na faixa etária acima de 50 anos, e a maioria que concordou está faixa etária mais nova de carreira com até 35 anos de idade. Os auditores mais jovens, com idade até 35 anos, que ainda executam trabalho de campo, consideram que a ausência de ceticismo profissional pode prejudicar o trabalho de auditoria, o que vai de encontro com a teoria comentada devido à volatilidade, ceticismo e o risco de auditoria.

Como recomendações e fechamento geral pode-se concluir que a pesquisa indica que alguns procedimentos precisam ser melhorados como: a) Uma formação acadêmica mais robusta em finanças e em estimativas contábeis, com cursos mais abrangentes em sua carga horária em matérias específica de finanças e estatísticas, b) Falha em procedimentos internos de supervisão e revisão dos papéis de trabalhos de auditoria executados pelos membros da equipe por profissionais mais experientes, c) Falha comportamental como ausência de ceticismo profissional, imprescindível no desenvolvimento de trabalhos de auditoria, bem como posição mais consistente em questões polêmicas e/ou subjetivas.

O tema é amplo e várias linhas futuras podem ser seguidas, como exemplo pode-se citar uma concentração maior em eventos contábeis específicos durante a crise e suas causas e efeitos, estudos de *value relevance* sobre a falta de neutralidade da regulação contábil, ou ainda estudos na percepção dos administradores e contadores sobre uma contabilidade a *fair value*.

REFERÊNCIAS

- ACUITAS, INC.'S. Survey of fair value audit deficiencies. April, 2012; http://www.acuitasinc.com/documents/Survey_of_Big_Four_Fair_Value_Audit_Deficiencies_as_Reported_in_the_Wall_Street_Journal_-_final.pdf. Acesso em 12/10/2013.
- ALMEIDA, J. E. F.; ALMEIDA, J. C. G. Auditoria e-learnings managements: um estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas *big four* e demais firmas de auditoria. *Revista Contabilidade e Finanças, USP*, São Paulo, vol. 20, nº 50, p. 62-74, maio/agosto 2009;
- ALMEIDA, B. J. M.; COLOMINA, C. I. M. Evidencia de las diferencias de expectativas en auditoria em mercados bursatiles de reducida dimension: el caso português. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, vol. 5, nº 1, p. 100-114, jan/mar. 2009;
- ANTUNES, J. *Contribuição ao estudo da avaliação de riscos e controle internos na auditoria de demonstrações contábeis no Brasil*. Dissertação de Mestrado do Departamento de Contabilidade e Atuaria da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEA/USP, 1998.
- ARAÚJO, A. M. H. B., MENDES, P. C. M; SILVA, J. D. G. O Comportamento do Auditor Independente diante dos Prazos “Apertados” dos Programas de Auditoria. In: *II CONGRESSO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS – ADCONT. 2011*, Rio de Janeiro. 281, 2011.
- BARTH, Mary E. Fair value accounting: Evidence from investment securities and the market valuation of banks. *The Accounting Review*, 69(1), p. 1-25, 1994.
- _____. Including estimates of the future in today’s financial statements. *Accounting Horizons*: September 2006, Vol.20, nº 3, pp 271-285. 2006.
- BARTH, Mary E. LANDSMAN, Wayne R. How did financial reporting contribute to the financial crisis? *European Accounting Review*, vol. 19, nº 3, 399-423, 2010.
- BENSTON, G. J. 'Fair-value accounting: A cautionary tale from Enron', *Journal of Accounting and Public Policy*, 25(4), pp. 465-484. 2006;
- BENSTON, George J.; BROMWICH, Michael; WAGENHOFER, Alfred. Principles – Versus Rules-Based Accounting Santandards: The FASB’s Santandard Setting Strategy. *ABACUS*, vol. 42, nº. 2, 2006.
- BRAUNBECK, G.O. *Determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graudação em Contabiliadiade- Universidade de São Paulo, 2010.
- CARVALHO, L. N. G. *Uma contribuição à auditoria do risco de derivativos*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade – Universidade de São Paulo/USP. São Paulo, 1996, 121 p.
- CATTY, James P. IFRS: *Guia de Aplicação do Valor Justo*. Tradução: Costa, Francisco Araújo da, Zilio, Leonardo. Porto Alegre. Ed. Bookman, 2013.
- COHEN. J., KRISHNAMOORTHY, G., PEYTCHEVA, M., WRIGHT, A. *The Impact of Regulatory Enforcement and the Adoption of Principles-Based Accounting on Auditors’ Judgments to Curb Aggressive Reporting. Work Paper*. February 2011.
- DANTAS. J. A. *Auditoria em Instituições Financeiras: Determinantes de qualidade no mercado brasileiro*. Tese de doutorado. Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFRN, 2012.

- _____ ; RODRIGUES, F. F.; NIYAMA, J. K. MENDES, P. C. M. Normatização Contábil Baseada em princípios ou em regras? Benefícios, custos, oportunidades e risco. *Revista de Contabilidade e Organizações*, vol. 4, p.3/9-29, 2010.
- DIPIAZZA, J., MCDONNELL, D., SAMYN, F.; FLYNN, T.; QUIGLEY, J. H., TURLEY, J. S., *Principles-based accounting standards*. White paper delivered by the CEOs of the International Audit Networks at the Global Public Policy Symposium. 2008 Disponível em: <http://www.globalpublicpolicysymposium.com/?s=Principles-based+accounting+standards>. Acesso em: 20/10/2012.
- FASB. *Statement of Financial Accounting Standards 157 – Fair Value Measurements*, 2007. Ver em www.fasb.org.
- _____, FAS 159, *The Fair Value Option For Financial Assets and Financial Liabilities Including an Amendment of FASB Statement Number 115*, FASB, February 2007
- FIELD, Andy. *Descobrendo a Estatística usando o SPSS*. Tradução Lorí Viali. 2ª Edição. Artmed Editora S.A. 2009
- GLAVAN, Silviu. Fair Value Accounting in Banks and the Recent Financial Crisis. *Estabilidad Financiera*, p. 55-69, 2010.
- HAIR JR. et al. *Análise Multivariada de dados*. Tradução: Adonai Schlup Snta'Anna. 6ª Edição. Ed. Bookman. 2009
- KUMARASIRI, Jayanthi; FISCHER, R. Auditors' perceptions of fair-value accounting: developing country evidence. *International Journal of Auditing. Int.J.Audit.*15,p. 66-87, 2011.
- LERNER, J. S., TETLOCK, P. E., Accounting for the effects of accountability. *Psychological Bulletin*, 125 (2), p. 255-275, 1999.
- MARTINEZ, A. L. Quando o conselho de administração e auditoria evitam earnings management? Evidências empíricas para empresas brasileiras. 8º CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2008. São Paulo: USP, 2008.
- _____. Novo mercado, auditoria e o gerenciamento de resultados por escolhas contábeis e por decisões operacionais no Brasil. 9º CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE. SÃO PAULO: USP, 2009.
- MARTINS, Gilberto Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- NELSON, Mark W. Behavioral evidence on the effects of principles- and rules-based standards. *Accounting Horizons*, vol. 17, nº 1, p. 91-104, 2003.
- NELSON, Mark W.; ELLIOTT, John; TARPLEY, Robin L. Evidence from Auditors about Manager's and Auditor's Earnings Management Decisions. *The Accounting Review*, vol.77, p. 175-202, Supplement, 2002.
- PANNESE, D., DELFAVERO, A. Fair Value Accounting: Affect On The Auditing Profession. *Journal of Applied Business Research*, vol. 26, nº 3, p. 43-50, 2010.
- PEYTCHEVA, M.; WRIGHT, A. M. The Impact of Principles versus Rules-Based Accounting Standards on Auditors' Motivations and Judgments. *Working Paper*, 2010.
- PUBLIC COMPANY ACCOUNTING OVERSIGHT BOARD (PCAOB). AU SECTION 328. *Auditing Fair Value Measurements And Disclosures. SAS 101, SAS 113*.
- SCHIPPER, Katherine. Principles-Based Accounting Standards. *Accounting Horizons*, vol. 17, nº 1, p.61-72, 2003.